

Investimentos na Formação e na Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde no Contexto da Estratégia Saúde da Família

Gabriela Rocha Rodrigues de Oliveira (IC) Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva

Resumo

Por meio do presente estudo, objetivou-se a realização de uma revisão bibliográfica sobre a importância do Agentes Comunitários de Saúde junto ao contexto da Estratégia Saúde da Família e das Redes de Atenção à Saúde, além da análise dos dados referentes aos investimentos realizados em tais profissionais nos diversos âmbitos federativos e dos avanços trabalhistas que obtiveram desde o surgimento da profissão.

Palavras Chave: Estratégia Saúde da Família, Redes de Atenção à Saúde, Agentes Comunitários de Saúde.

Introdução

A presente pesquisa teve como objetivo a compreensão da profissão dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no contexto da política nacional de saúde “Estratégia Saúde da Família” (ESF), tanto no que tange à importância desses profissionais para o alcance dos objetivos propostos por tal estratégia, quanto para a análise da evolução dos investimentos realizados na valorização e na formação desses agentes, uma vez que as expectativas colocadas sobre esses colaboradores é de que sejam “peças-chave” na aproximação dos profissionais de saúde com as comunidades nas quais se inserem (BRASIL, 2001).

Além disso, buscou-se um esforço de analisar o papel dos ACS na dinamização e na otimização do funcionamento das Redes de Atenção à Saúde (RAS), como forma de buscar alternativas para o melhor aproveitamento prático dos recursos destinados à saúde pública do país.

Resultados e Discussão

A primeira parte da pesquisa teve como objetivo o mapeamento histórico da introdução do ACS junto à ESF, da sua regulamentação e das funções atribuídas aos profissionais no contexto atual. Para a concretização desta etapa, foi feita uma revisão bibliográfica, na qual foram analisados diversos documentos fornecidos pelo Governo Federal sobre a história e os avanços do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS) no Brasil e a legislação referente à regularização da profissão no país (BRASIL, 2011). Tal etapa foi concluída com êxito: além de informações históricas sobre a consolidação do papel dos ACS junto à ESF, obtiveram-se informações relevantes sobre as funções definidas legalmente para a profissão e sobre os avanços históricos referentes aos direitos de tais trabalhadores.

A segunda etapa da pesquisa foi referente à coleta dos dados sobre os investimentos realizados nesses profissionais em três níveis federativos (governos federal brasileiro, do estado de São Paulo e municipal de Campinas). Para tal,

foram utilizadas diversas plataformas de dados sobre gastos em saúde, tais como os instrumentos de planejamento orçamentário nas três esferas e as suas respectivas execuções orçamentárias. Nesta etapa, porém, foram grandes as dificuldades para a obtenção dos dados planejados, pois são raras tais especificações de maneira organizada, o que dificultou a realização da análise comparativa prevista.

Por fim, a última etapa, referiu-se à busca pelo entendimento do posicionamento dos ACS no contexto da organização das RAS, que visam ao melhor aproveitamento dos recursos oferecidos dentro do contexto da saúde pública brasileira.

Conclusões

A partir do breve panorama apresentado, fica evidente a grande relevância dos ACS para a otimização do funcionamento dos procedimentos previstos pela ESF, assim como para o melhor aproveitamento das verbas governamentais destinadas para a saúde do país. Porém, apesar de diversos avanços alcançados, ainda não são claros os investimentos realizados em tais profissionais, principalmente em relação às políticas de formação, o que evidencia uma necessidade de atenção por parte das comunidades acadêmicas e dos gestores de políticas públicas para um maior monitoramento, tanto por parte dos dados de investimento, quanto por parte dos resultados obtidos nas políticas capacitadoras.

Agradecimentos

À minha orientadora, Ana Lucia Gonçalves da Silva, por ter estado ao meu lado durante o processo de pesquisa, à minha família, por todo o incentivo, e ao CNPQ, por ter possibilitado-me, a partir do apoio financeiro, a minha dedicação exclusiva ao projeto.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva – Brasília: Ministério da Saúde. 2001.

BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011